



**Fecomércio PE**

**Sesc | Senac**

**Instituto Fecomércio**

## **Análise Temática**

Endividamento dos  
consumidores pernambucanos



# ANÁLISE TEMÁTICA

## Endividamento dos consumidores pernambucanos

---

### Introdução

Nos últimos anos, a economia brasileira apresentou crescimento considerável, baseado em um modelo de consumo denominado pelos analistas de “modelo de consumo de massa”, no qual a capacidade de consumo não se restringe a alguns estratos da sociedade, incorporando, principalmente, gastos realizados por classes populares. No Brasil, país caracterizado historicamente por elevados níveis de desigualdade de renda, esse modelo se tornou mais vigoroso a partir de 2004, o que viabilizou o mercado interno como carro-chefe do crescimento econômico nacional.

A valorização real do salário mínimo, as políticas de transferência direta de renda e a retomada de investimentos públicos e privados – com consequente geração de empregos – foram os principais determinantes da sustentação do crescimento recente. Pressupondo uma distribuição menos desigual da renda, o “modelo” contemplou de forma mais efetiva as classes mais populares – que passaram a constituir uma “nova classe média”.

De fato, dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), do IBGE, mostram que essas pessoas, dotadas de maior poder de consumo, começaram a ter acesso a computador com conexão à internet, telefone celular, máquina de lavar roupa, geladeira e freezer, televisão, entre outros bens que passaram a figurar nos domicílios brasileiros e cuja demanda foi consideravelmente ampliada.

Além da renda e do emprego, é preciso considerar outro pilar fundamental para a manutenção do padrão de consumo recente no Brasil: a oferta de crédito. Nos últimos anos, ela se ampliou consideravelmente: dados do Banco Central (Bacen) mostram que as operações de crédito cresceram 1,6% de 1995 a 2003, variação que foi de 209,9% nos anos de 2003 a 2012, em termos reais, ou seja, descontando a inflação. Os destaques dessa variação foram as concessões a pessoas jurídicas e a pessoas físicas.

No entanto, de forma paralela ao avanço da oferta creditícia, cresceu o endividamento das pessoas, que tiveram parte da renda comprometida com o pagamento de algum tipo de dívida, corrente ou financeira. Embora o comprometimento de parte da renda com o pagamento de dívidas no Brasil seja proporcionalmente inferior àquele verificado em países como a Suécia e a Alemanha – segundo informações do Bacen –, uma eventual elevação no volume de dívidas contraídas poderia resultar em duas situações críticas, que guardam relação estreita com o perfil do endividamento.

De um lado, o comprometimento de parcela maior da renda gasta com dívidas representa a imobilização de recursos com despesas progressas e a retirada de circulação de massa monetária da economia.

Para ilustrar de forma comparativa a situação brasileira, vale ressaltar que nos países desenvolvidos, como os mencionados aqui, o endividamento tem sido instrumento predominantemente utilizado para financiar despesas imobiliárias. No Brasil, o endividamento guarda estreita relação com o

consumo, uma vez que o cartão de crédito, o crédito consignado e o cheque especial se constituem nas principais fontes de crédito dos brasileiros e, conseqüentemente, de endividamento. Um reflexo, portanto, da escalada de consumo pautada nos bens mencionados anteriormente.

Embora o endividamento lastreado no consumo de bens tenha se estabilizado e mesmo se reduzido de novembro a dezembro de 2013, o número de pessoas endividadas se elevou no comparativo com dezembro de 2012. Segundo informações da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio, lançada no mês de dezembro de 2013, a taxa média de endividamento das famílias brasileiras passou de 58,3% em 2012 para 62,5% em 2013. Como informa o Bacen, esse é um resultado que reflete a constituição de ativos pelas famílias, com destaque para ativos imobiliários.

De outro lado, um maior endividamento poderia corresponder a uma situação de inadimplência, isto é, quando a pessoa está endividada e não consegue honrar os débitos contraídos. Embora seja possível atribuir justificativas de ordem subjetiva à inadimplência – a exemplo do lapso de educação financeira dos consumidores –, o fato é que ela deve ser entendida como uma das contrapartidas da superação de um histórico alijamento de considerável número de pessoas do mercado de consumo.

Ainda assim, a situação da inadimplência no país se estabilizou nos últimos meses. A Peic-CNC mostrou que em dezembro de 2013 houve uma redução no número de pessoas com dívidas em atraso e sem condições de honrar dívidas atrasadas, tanto no comparativo do último mês como em relação ao mesmo mês de 2012. Essa redução ocorreu, sobretudo, nas famílias cujo rendimento mensal não supera os dez salários mínimos, indicando uma conscientização dos consumidores considerados mais vulneráveis quanto ao uso do crédito.

Para a contenção tanto do número de pessoas endividadas quanto da inadimplência, em muito contribuiu a flexibilização da política monetária do governo, expressa na trajetória de declínio da taxa básica de juros (Selic) e na redução do *spread* bancário. Ocorre, porém, que essa tendência tem mudado nos últimos meses, conforme são divulgadas as deliberações do Conselho de Política Monetária (Copom), em vista do comportamento inflacionário. Além disso, é preciso considerar que, apesar de o crescimento do número de pessoas endividadas ter estancado, trata-se de um fenômeno que se apresenta de forma distinta conforme se considerem as especificidades que pautam a dinâmica econômica das distintas regiões e unidades federadas.

No caso do Nordeste, os determinantes do dinamismo que caracterizou a economia brasileira nos últimos anos atuaram de forma particularmente favorável. Desse modo, praticamente todos os Estados do Nordeste experimentaram crescimento nas vendas do comércio varejista, ampliado, pelo menos até janeiro de 2013, quando a principal “mola de propulsão” da economia brasileira – o consumo – foi refreada. Mesmo assim, a região segue resistindo à desaceleração do crescimento econômico verificada em outras partes do país.

No que diz respeito especificamente a Pernambuco, deve-se considerar que o Estado passou por importantes transformações econômicas nos últimos oito anos, notadamente no que se refere à estrutura industrial, que terminaram por impulsionar o varejo. O volume de investimentos realizados, alguns destes considerados estruturadores, como a Refinaria Abreu e Lima, o Estaleiro Atlântico Sul

e a fábrica de automóveis da Fiat, potencializou, no Estado, os efeitos verificados em nível nacional. Com isso, observou-se uma significativa criação de empregos e a geração e sustentação do patamar de renda na Região Metropolitana do Recife, no eixo da BR-232 e em centros comerciais já consolidados do interior, como Garanhuns e Petrolina.

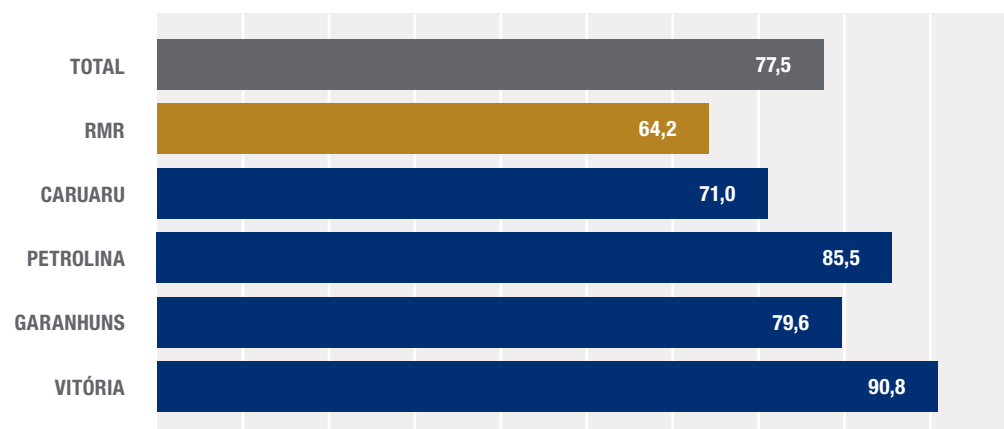
Considerando o que foi até aqui exposto e tendo por objetivo informar a classe empresarial sobre o quadro de endividamento no Estado de Pernambuco, a Fecomércio-PE, através do Instituto Fecomércio, realizou pesquisa pautada no grau de endividamento dos consumidores. Os resultados apresentados foram elaborados sobre uma base de 2.004 questionários, aplicados em novembro de 2013 para consumidores da Região Metropolitana do Recife (Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata) e de outros centros comerciais de relevância do interior (Caruaru, Garanhuns, Petrolina e Vitória de Santo Antão), envolvendo no geral 13 municípios.

Além desta introdução e de uma síntese conclusiva, o documento está dividido em três partes. Primeiro se reproduz o quadro geral do endividamento nos referidos municípios em Pernambuco. Em seguida, dá-se ênfase aos principais aspectos socioeconômicos que caracterizam os consumidores endividados e inadimplentes. E, por fim, apresentam-se os principais aspectos metodológicos da pesquisa, bem como uma tabela-síntese dos principais resultados encontrados.

## 1. Quadro geral do endividamento nos municípios pesquisados

Em sondagem realizada no fim de 2013 nos municípios citados, perguntou-se aos consumidores se as respectivas famílias tinham algum tipo de dívida e 77,5% disseram que sim. Esse valor foi mais expressivo em Vitória de Santo Antão, onde 90,8% das famílias possuem algum tipo de dívida, e em Petrolina, com 85,5% de endividados. No conjunto da RMR estavam as famílias menos endividadas (64,2%).

**Gráfico 1: Proporção (%) de pessoas endividadas – 2013**

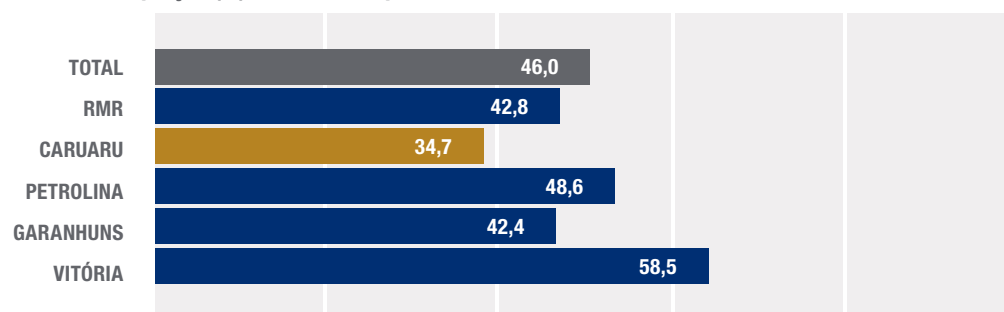


Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

Os consumidores que declararam endividamento familiar foram consultados, ainda, sobre o comprometimento da renda familiar com dívidas. Em média, a parcela da renda comprometida com dívidas foi de 46%, percentual sensivelmente superior àquele verificado pela Peic-CNC para o país como um todo (30,2%). Dados da PMC-IBGE, calculados para as principais regiões metropolitanas do país, mostram que na Região Metropolitana do Recife o valor do rendimento médio mensal dos trabalhadores é o menor entre as demais regiões metropolitanas do país. De igual modo, o diferencial de renda per capita, calculado entre as principais regiões do país, mostra um quadro historicamente desfavorável para o Nordeste. Em virtude disso, tendencialmente o endividamento compromete de forma mais latente o rendimento mensal das famílias pernambucanas.

No que se refere ao comprometimento da renda com dívidas, mais uma vez é possível destacar, respectivamente, os municípios de Vitória de Santo Antão e Petrolina, onde o endividamento correspondeu a 58,5% e 48,6% da renda familiar. Na RMR, 42,8% da renda familiar dos consumidores estava comprometida com dívidas – à semelhança de Garanhuns (42,4%) – e em Caruaru esse comprometimento alcançou o menor patamar: 34,7%.

**Gráfico 2: Proporção (%) da renda comprometida com dívidas – 2013**



Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

A respeito do perfil da dívida, os consumidores foram consultados quanto à existência de dívidas financeiras (relacionadas à liberação de recursos por instituições do sistema financeiro nacional) e de dívidas correntes (relativas a despesas decorrentes da demanda por serviços diversos).

Entre as dívidas financeiras, em média 72,6% dos consumidores indicaram os cartões de crédito como principal fonte de endividamento, percentual relativamente mais elevado nos municípios da RMR (79,3%) – onde já se disseminou de forma ampliada o uso desse recurso para o pagamento de compras. No interior, o município onde as famílias estão relativamente mais endividadas e comprometem maior parcela da renda com endividamento – Vitória de Santo Antão – é também aquele em que o uso do cartão de crédito como gerador de dívidas é mais ostensivo, segundo 77,7% das respostas.

Em geral, entre as demais dívidas financeiras, é possível destacar o financiamento (17%) e os empréstimos (12,8%) como fontes de endividamento mais utilizadas, principalmente em Garanhuns e Caruaru. Já o cheque especial tem gerado dívidas financeiras em menor proporção, o que está associado ao menor uso desse meio de pagamento pelos consumidores.

**Tabela 1: Perfil das dívidas financeiras – 2013 (em %)**

TIPO	PERNAMBUCO	RMR	CARUARU	PETROLINA	GARANHUNS	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Cartão de Crédito	72,6	79,3	68,2	76,4	61,0	77,7
Cheque Especial	3,9	2,1	5,9	2,7	6,2	2,5
Empréstimo	12,8	15,0	11,8	10,6	17,8	9,5
Financiamento	17,0	13,2	16,2	8,2	31,2	17,4
Outra(s)	1,2	3,2	0,0	0,0	1,4	1,5

Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

Nota: O somatório das categorias não totaliza 100%, pois a questão levantada envolve múltipla escolha.

Em relação às dívidas correntes, elas foram originadas, principalmente, de despesas domiciliares (46,7%), escolares (21,5%) e com planos de saúde (12,4%). Em menor proporção, despesas com celular (9,6%) e de outra natureza (0,6%) explicam o endividamento dos consumidores.

Em Vitória de Santo Antão e Petrolina, 77,1% e 59,8% dos entrevistados, respectivamente, disseram ter dívidas domiciliares. Merece destaque o baixo percentual desse tipo de dívida corrente na RMR (5,4% dos entrevistados). Já as dívidas correntes escolares foram relatadas com maior frequência em Vitória de Santo Antão (33,3%) e Petrolina (31,7%), sendo, novamente, proporcionalmente menor o número de consumidores da RMR (8,2%) que declararam ter esse tipo de dívida. No que se refere às dívidas com plano de saúde, destacaram-se os municípios de Caruaru (20,6%) e Garanhuns (17,5%).

**Tabela 2: Perfil das dívidas correntes – 2013 (em %)**

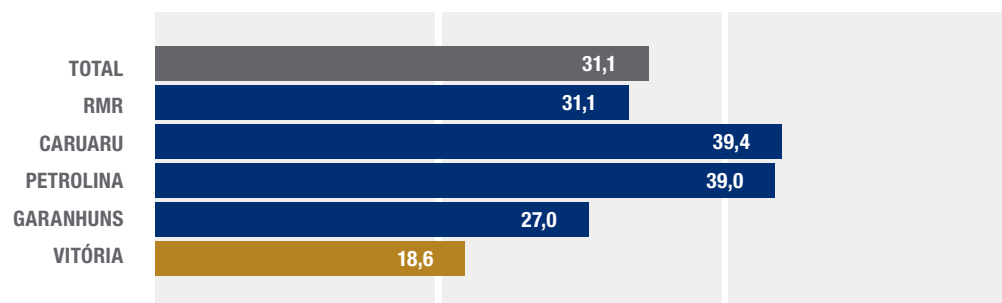
TIPO	PERNAMBUCO	RMR	CARUARU	PETROLINA	GARANHUNS	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Domiciliar	46,7	5,4	42,1	59,8	42,8	77,1
Escolar	21,5	8,2	13,7	31,7	18,2	33,3
Plano de Saúde	12,4	3,9	20,6	14,8	17,5	4,6
Celular	9,6	0,7	9,7	9,1	21,6	7,0
Outra(S)	0,8	0,7	0,3	1,5	1,0	0,6

Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

Nota: O somatório das categorias não totaliza 100%, pois a questão levantada envolve múltipla escolha.

Finalmente, consultados sobre a condição de inadimplência, 31,1% dos consumidores declararam ter dívidas não pagas – percentual próximo àquele mensurado pela Peic-CNC para todo o Brasil no mês de dezembro de 2013, que foi de 27,3%.

**Gráfico 3: Proporção (%) de pessoas inadimplentes – 2013**



Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

Nos principais centros de compras de Pernambuco, os municípios de Caruaru (39,4%) e Petrolina (39%) são aqueles em que os consumidores estão proporcionalmente mais inadimplentes que os demais. Já em Vitória de Santo Antão, a situação é inversa: conforme visto anteriormente, os consumidores desse município estão relativamente mais endividados e comprometem maior parcela da renda com endividamento; mesmo assim, apenas 18,6% dos entrevistados declararam não ter condições de honrar dívidas. Em Garanhuns e na RMR, o percentual de consumidores inadimplentes foi de 27% e 29,4%, respectivamente.

## 2. Aspectos socioeconômicos

### 2.1. Endividamento e comprometimento da renda familiar com dívidas

O índice de endividamento medido pelo Banco Central a partir de 2005 aponta que a proporção das dívidas no total da renda anual das famílias tem crescido significativamente ao longo de 2013, inclusive batendo recordes consecutivos, mas em dezembro essa taxa apresentou redução. O levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgado em dezembro mostrou um índice de endividamento de 62,2%, apontando um decréscimo de 1,0 ponto percentual em relação ao mês anterior, porém, comparado ao indicador de dezembro de 2012, mostrou um acréscimo de 1,5 ponto percentual.

Parte do endividamento do consumidor brasileiro se deve ao uso indiscriminado do cartão de crédito, cujos juros anuais chegam, em alguns casos, a 80%. Ainda assim, verifica-se que a proporção de famílias com dívidas em atraso atingiu a média de 21,2% em 2013, segundo dados da CNC. A manutenção da inadimplência em níveis relativamente baixos se deve, em parte, à extensão dos prazos na renegociação de dívidas. Por sua vez, parcela dos consumidores que extrapolaram seu poder de compra está recorrendo cada vez mais ao crédito pessoal para liquidar dívidas, inclusive aproveitando para aumentar o prazo de pagamento com prestações menores.

No caso de Pernambuco, a pesquisa realizada em novembro de 2013 revela que a proporção de pessoas com dívidas é maior no gênero feminino – 79,3% das entrevistadas declararam estar endividadas –, enquanto no gênero masculino essa parcela é de 74,5% (**tabela 3 e gráfico 4**).



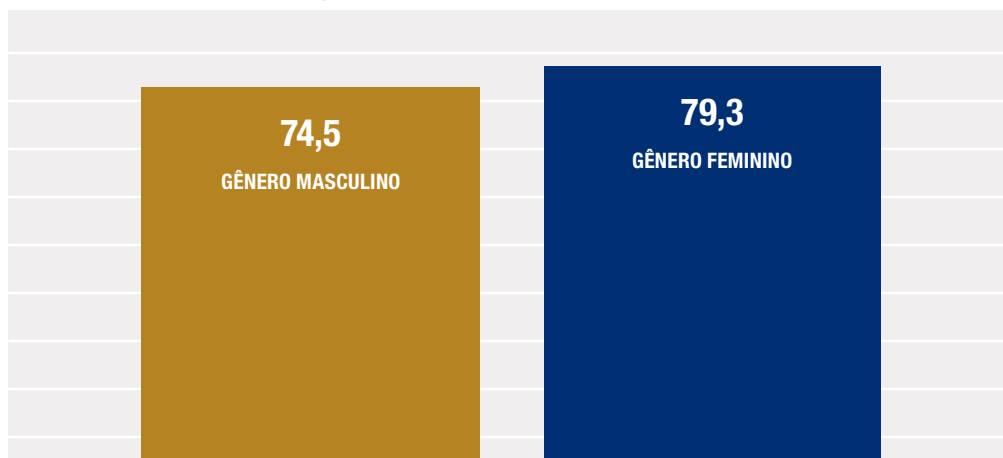
O percentual da renda familiar comprometida com dívidas também é maior no gênero feminino: na amostra, 58,9% corresponderam a mulheres, entre as quais 79,3% estavam endividadas e tinham 46,6% da renda familiar comprometida com dívidas; a proporção de homens entrevistados foi equivalente a 41,1% da amostra e, destes, 74,5% se declararam endividados com uma média de 44,8% da renda familiar comprometida com dívidas (**tabela 3**).

**Tabela 3: Endividamento das pessoas e comprometimento da renda familiar com dívidas**

ESPECIFICAÇÃO	ENDIVIDAMENTO			% DA RENDA FAMILIAR COMPROMETIDA
	ESTÁ ENDIVIDADO	NÃO ESTÁ ENDIVIDADO	NS/NR	
Segundo o Gênero:				
Masculino	74,5	25,3	0,1	44,8
Feminino	79,3	20,5	0,3	46,6
Segundo a Faixa Etária:				
18 a 24 anos	75,0	24,6	0,4	44,1
25 a 34 anos	81,0	19,0	0,0	46,9
35 a 44 anos	80,0	19,8	0,2	45,8
45 a 59 anos	74,9	25,1	0,0	48,0
60 anos ou mais	55,7	43,0	1,3	42,4
Segundo a Escolaridade:				
Analfabeto	63,4	36,6	0,0	51,1
Ensino Fundamental Incompleto	65,9	33,0	1,1	48,1
Ensino Fundamental Completo	80,3	19,7	0,0	50,4
Supletivo do Ensino Fundamental	80,8	19,2	0,0	52,5
Ensino Médio Incompleto	86,8	13,2	0,0	47,0
Ensino Médio Completo	76,9	22,9	0,1	47,3
Supletivo do Ensino Médio	85,7	14,3	0,0	39,2
Ensino Técnico	84,7	15,3	0,0	46,1
Ensino Superior Incompleto	75,6	24,1	0,3	44,3
Ensino Superior Completo	76,3	23,7	0,0	40,6
Pós Graduação	73,1	26,9	0,0	43,2
Segundo a Classe de Rendimento				
Classe A (+ de 10 SM)	66,0	33,0	0,9	46,5
Classe B (+ de 5 a 10 SM)	73,5	26,5	0,0	43,0
Classe C (+ de 3 a 5 SM)	76,5	23,5	0,0	42,8
Classe D (+ de 1 a 3 SM)	80,2	19,6	0,2	47,2
Classe E (até 1 SM)	77,6	21,9	0,4	50,3

Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

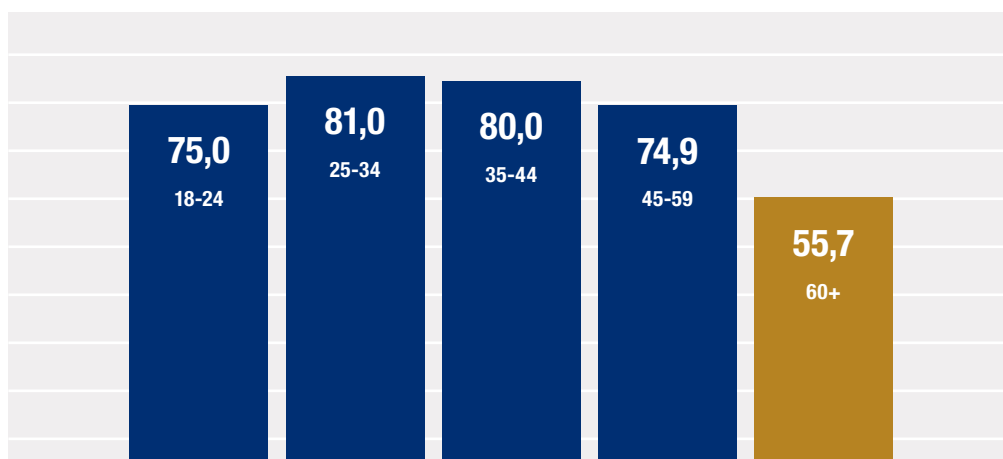
**Gráfico 4: Pernambuco – Proporção de pessoas endividadas por gênero em 2013**



Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

Quando se considera a faixa etária dos entrevistados, as maiores proporções de indivíduos endividados estão nos estratos de 25 a 34 anos (81,0%) e de 35 a 44 anos (80,0%). Em relação às pessoas com 60 anos ou mais, 55,7% disseram estar endividadas (**tabela 3, gráfico 5**). É também nesta última faixa de idade que se verifica a menor proporção de pessoas com renda familiar comprometida por dívidas (42,4%), enquanto no estrato 45-59 anos se observa o maior comprometimento da renda familiar (48,0%), conforme a **tabela 3**.

**Gráfico 5: Pernambuco – Pessoas endividadas por faixa etária – 2013 (%)**



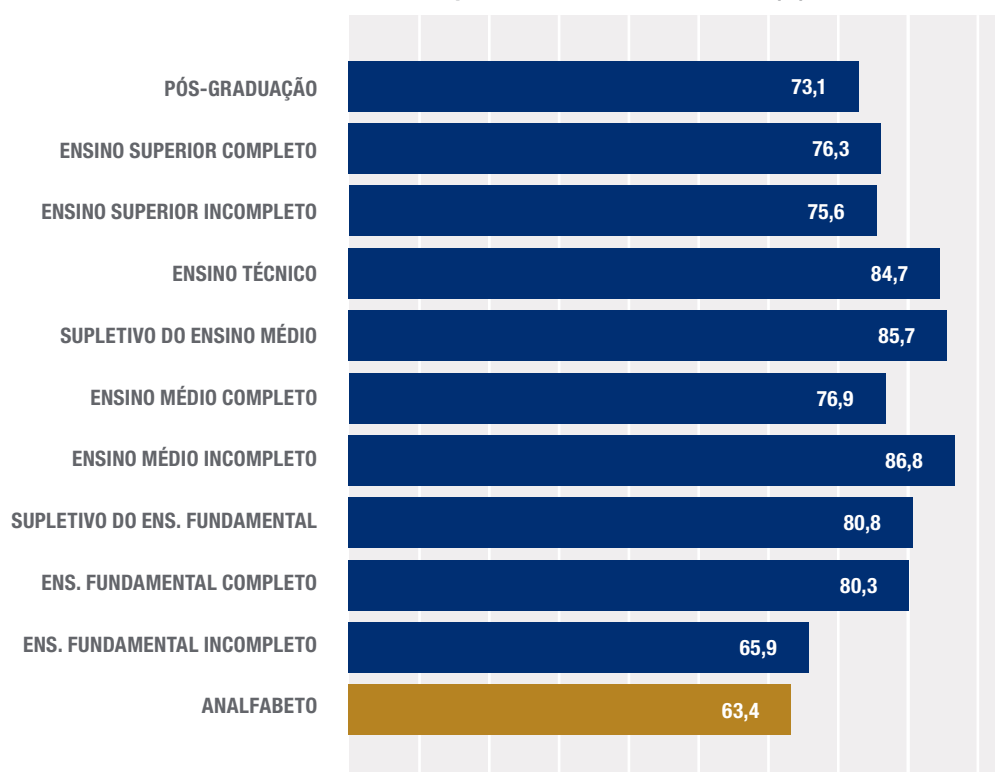
Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

A pesquisa também mostra que as pessoas com menor nível de escolaridade são as que se encontram menos endividadas (analfabetas e pessoas com ensino fundamental incompleto). As maiores parcelas

de pessoas endividadas entre as entrevistadas são as que detêm o ensino médio incompleto (86,8%) e as com supletivo do ensino médio (85,7%), sendo também significativo o percentual das que possuem ensino técnico entre os mais endividados (84,7%) (**tabela 3 e gráfico 6**).

Quando se passa para a análise da parcela da renda familiar comprometida com dívidas, nota-se que as pessoas com supletivo do ensino fundamental são as que apresentaram maior parcela de comprometimento dos rendimentos familiares (52,5%). Em relação aos analfabetos, 51,1% disseram estar com a renda familiar comprometida com débitos. Situação semelhante ocorre com os entrevistados que têm ensino fundamental completo e ensino fundamental incompleto: 50,4% e 48,1%, respectivamente, estão endividados (**tabela 3**).

**Gráfico 6: Pernambuco – Pessoas endividadas por nível de escolaridade – 2013 (%)**

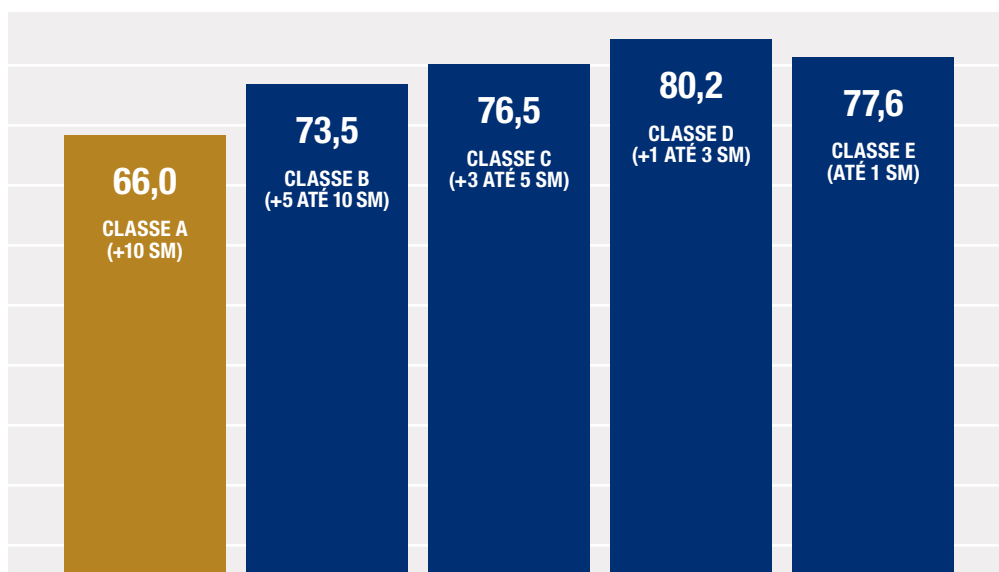


Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

Considerando as classes de rendimento, o levantamento indica que a maior proporção de endividados está concentrada nos entrevistados da classe D, mais especificamente entre as pessoas com renda de mais de um até três salários mínimos (80,2%), seguidos pelas pessoas da classe E, ou seja, aquelas com renda de até um salário mínimo (77,6%). A parcela de pessoas endividadas na classe C (com renda de três a cinco salários mínimos) e na classe B (com rendimento de cinco a dez salários mínimos) é bastante próxima (76,5% no primeiro caso e 73,5% no segundo). Por outro lado, quase dois

terços das pessoas pesquisadas na classe A (mais de dez salários mínimos) declararam-se endividadas (**tabela 3** e **gráfico 7**). Neste último estrato, a menor proporção entre os entrevistados pode ser explicada pelo fato de as pessoas com maior nível de rendimento terem mais recursos disponíveis para realizar compras, viabilizando pagamentos à vista e maior solvência para quitar débitos parcelados.

**Gráfico 7: Pernambuco – Pessoas endividadas por classe de renda familiar – 2013 (%)**



Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

### 2.1. Perfil da dívida

Para a análise do perfil da dívida, foram levadas em consideração as dívidas financeiras – compromissos assumidos com cartão de crédito, cheque especial, empréstimos e financiamentos diversos, ou seja, formas de pagamento que vinculam diretamente os consumidores ao sistema financeiro – e as dívidas correntes, que correspondem aos gastos do dia a dia, referentes a compromissos familiares com despesas domiciliares com água, luz, aluguel, condomínio, pagamento de escola, gastos com planos de saúde, gastos com serviços de telefonia, inclusive celular, entre outros.

#### Dívidas financeiras: cartão de crédito predomina

No que diz respeito às dívidas financeiras, observa-se que entre os entrevistados o endividamento por cartão de crédito foi a modalidade mais mencionada, sendo maior entre os homens (73,9%) e menor entre as mulheres (71,9%), como se observa na **tabela 4**. Nota-se ainda que as dívidas com financiamento também são maiores entre as pessoas do gênero masculino, enquanto entre as mulheres prevalecem as dívidas com empréstimos e com cheque especial.

**Tabela 4: Pernambuco – Perfil das dívidas financeiras das famílias**

ESPECIFICAÇÃO	DÍVIDAS FINANCEIRAS				
	CARTÃO DE CRÉDITO	CHEQUE ESPECIAL	EMPRÉSTIMO	FINANCIAMENTO	OUTRAS
Segundo o Gênero:					
Masculino	73,9	3,6	11,3	17,7	0,5
Feminino	71,9	4,0	13,9	16,6	1,6
Segundo a Faixa Etária:					
18 a 24 anos	73,9	1,6	8,8	12,7	1,8
25 a 34 anos	72,4	4,8	14,9	18,8	0,4
35 a 44 anos	72,3	5,3	14,6	18,9	1,9
45 a 59 anos	71,4	3,3	9,9	19,8	0,5
60 anos ou mais	70,5	2,3	18,2	6,8	2,3
Segundo a Escolaridade:					
Analfabeto	71,1	8,9	15,6	15,6	2,2
Ensino Fundamental Incompleto	65,5	3,4	13,8	6,9	0,0
Ensino Fundamental Completo	71,3	2,1	16,0	11,7	7,4
Supletivo do Ensino Fundamental	66,7	4,8	19,0	23,8	0,0
Ensino Médio Incompleto	73,5	1,3	11,9	11,3	1,3
Ensino Médio Completo	72,1	3,3	11,7	13,6	1,2
Supletivo do Ensino Médio	79,2	6,3	16,7	27,1	0,0
Ensino Técnico	73,9	3,6	15,3	19,8	0,0
Ensino Superior Incompleto	75,7	4,5	12,0	19,9	0,4
Ensino Superior Completo	73,9	5,4	7,1	26,6	0,0
Pós Graduação	63,3	6,1	26,5	26,5	2,0
Segundo a Classe de Rendimento					
Classe A (+ de 10 SM)	71,4	4,3	18,6	32,9	1,4
Classe B (+ de 5 a 10 SM)	77,8	4,8	9,0	25,9	0,0
Classe C (+ de 3 a 5 SM)	75,9	5,6	11,9	16,4	0,8
Classe D (+ de 1 a 3 SM)	71,2	3,1	12,8	15,9	1,3
Classe E (até 1 SM)	67,2	2,8	16,4	8,5	2,8

Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

Observação: O somatório não totaliza 100%, pois se trata de múltiplas respostas.

Entre os endividados na faixa etária de 18 a 24 anos, o cartão de crédito foi citado por 73,9% dos entrevistados. No estrato de 25 a 34 anos de idade, esse percentual é de 72,4%. As pessoas com 60 anos ou mais são as mais comedidas nas dívidas com cartão de crédito, apesar de ser elevada a proporção das pessoas nessa faixa de idade com dívidas dessa natureza (aproximadamente sete em cada dez indivíduos).

As dívidas financeiras com cheque especial são mais mencionadas na faixa de 35 a 44 anos (5,3% das indicações), enquanto os empréstimos constituem uma modalidade mais comum entre aqueles com mais idade (18,2% entre os entrevistados com 60 anos ou mais), traduzindo as facilidades associadas à tomada de empréstimos consignados, principalmente para aposentados.

Por sua vez, a dívida financeira contraída por financiamentos é relativamente significativa nas pessoas situadas nas faixas etárias de 45 a 59 anos, de 35 a 44 anos e de 25 a 34 anos, representando, respectivamente, 19,8%, 18,9% e 18,8%, como mostra a **tabela 4**. Os indivíduos com idade acima de 60 anos são mais precavidos em se endividar por causa de financiamentos (apenas 6,8% das respostas), o que tem relação com o caráter usualmente de longo prazo associado a esse perfil de dívida financeira.

As pessoas com nível de instrução do supletivo do ensino médio e as com ensino superior incompleto declararam que suas dívidas foram geradas principalmente por gastos com cartão de crédito (79,2% no primeiro caso e 75,7% no segundo), enquanto as menores proporções foram verificadas entre os entrevistados com pós-graduação, ensino fundamental incompleto e supletivo do ensino fundamental (respectivamente 63,3%, 65,5% e 66,7%).

Entre os que contraíram dívidas por causa da utilização de cheque especial, ressaltam-se as pessoas analfabetas (8,9%). Em relação às pessoas que contraíram dívida por empréstimo, 26,5% são pós-graduados e 7,1% têm apenas ensino superior completo.

Em relação aos entrevistados que atribuem suas dívidas a financiamento, ressaltam-se aqueles com grau de instrução do supletivo do ensino médio (27,15%), com ensino superior completo (26,6%) e com pós-graduação (26,5%) – indicando uma vinculação entre a prestação privada de serviços educacionais e as formas de pagamento de longo prazo. Por outro lado, apenas 6,9% dos entrevistados com ensino fundamental incompleto disseram que suas dívidas se devem a essa modalidade.

Em termos das classes de renda, a mais alta proporção de pessoas que apontaram o cartão de crédito como a principal razão das suas dívidas pertencem à classe B (77,8%), parcela que é menos elevada na classe E (67,2%). Na classe A, essa parcela representou 71,4%, ao passo que na classe C correspondeu a 75,9%, sendo a segunda mais elevada. Entre os que atribuem suas dívidas ao cheque especial, 5,6% encontram-se na classe C, enquanto a menor parcela (2,8%) se acha na classe E, o que pode se dever ao fato de essas pessoas terem menos acesso a esse serviço. Por sua vez, 18,6% dos indivíduos da classe A atribuem seus débitos a empréstimos contraídos, parcela que é menor na classe B (9,0%). Já 32,9% das pessoas da classe A apontam o financiamento como pivô de seu endividamento, enquanto na classe E essa parcela é de apenas 8,5%.

---

### Dívidas correntes

Em relação às dívidas correntes, pouco menos da metade das mulheres entrevistadas (48,7%) declararam ser essa modalidade de gasto a principal responsável pelas despesas por elas contraídas. O percentual dos homens que admitiram estar com esse tipo de dívidas foi de 43,5%. As pessoas do gênero masculino têm maiores despesas escolares (22,2%), com planos de saúde (13,8%) e gastos com celular (10,2%), como se pode ver na **tabela 5**.

A pesquisa mostra que metade das dívidas correntes domiciliares cabe às pessoas com 60 anos ou mais, principalmente pelo fato de que são elas que em geral assumem os gastos com o lar, muitas vezes abrigando filhos que, por razões diversas, como dificuldades financeiras, prolongam o período de residência com os pais. Por outro lado, os entrevistados na faixa etária de 18 a 24 anos, no geral ainda solteiros e morando na casa dos pais, são os que proporcionalmente têm menores gastos correntes domiciliares (40,8% das respostas).

No que concerne a dívidas com escolas, essa modalidade de despesa é mais frequente entre as pessoas situadas nos estratos de idade de 35 a 44 anos e de 45 a 59 anos, que ainda tutelam os gastos com a educação dos filhos (respectivamente, 27,7% e 25,3% das respostas). No sentido oposto, encontram-se os entrevistados com 60 anos ou mais, dos quais apenas 11,4% declararam ter dívidas com essa modalidade. Em compensação, é nessa faixa etária que são maiores os gastos com planos de saúde (18,2% dos informantes), enquanto os indivíduos no estrato de 18 a 24 anos são os que menos gastam com esse tipo de despesa (9,0%).

No que se refere a gastos com celular, as pessoas de 25 a 34 anos (11,5% das respostas) e de 45 a 59 anos (11,0%) são as que mais declararam esse tipo de dívida, ao passo que nos entrevistados com 60 anos ou mais esse débito foi apontado por apenas 2,3% das pessoas (**tabela 5**).

Analisando-se as despesas correntes sob a ótica da escolaridade, observa-se na **tabela 5** que as pessoas com ensino técnico foram as que declararam ter nos gastos domiciliares a maior causa do seu endividamento, vindo em seguida as despesas escolares, com respectivamente 60,4% e 36,0% das respostas. Por outro lado, os entrevistados que disseram ser analfabetos foram os que informaram ter menor despesa desse tipo (15,6%).

As pessoas que informaram ter mais dívidas com plano de saúde corresponderam àquelas com nível de pós-graduação, seguidas por aquelas com ensino superior completo, com respectivamente 22,4% e 21,2% das respostas. Foi também significativa a proporção de indivíduos com ensino técnico que informou ter esse tipo de dívida (19,8%). Por sua vez, os entrevistados que disseram ter o ensino fundamental incompleto e os que alegaram ser analfabetos foram os que tiveram menor dívida com plano de saúde (1,7% no primeiro caso e 4,4% no segundo). O débito com celular foi mais acentuado entre as pessoas com ensino superior completo (20,7%) e menor entre aqueles com ensino fundamental completo (4,3%), como se pode ver na **tabela 5**.

Em relação ao nível de rendimento, a pesquisa mostra que as dívidas domiciliares foram mais elevadas nas classes D (49,7%) e E (48,0%) e menores nas classes C (42,6%) e B (42,9%). No que tange a dívidas com escolas, elas são mais acentuadas na classe A (27,1%) e menores na classe E (18,6%), pelo fato de os filhos dos entrevistados desta última classe estudarem em escolas públicas.

Acerca dos gastos com plano de saúde, também foi na classe A que se observaram as maiores dívidas (32,9% das respostas), enquanto nos níveis de rendimento mais baixos as despesas foram menores (7,0% na classe D e 7,3% na E). Nessa mesma linha estão as dívidas com celular, com 25,7% das pessoas da classe A declarando os maiores gastos, ao passo que nas classes D e E elas corresponderam respectivamente a 5,3% e 7,9% (**tabela 5**).

**Tabela 5: Pernambuco – Perfil das dívidas correntes das famílias**

ESPECIFICAÇÃO	DÍVIDAS CORRENTES				
	DOMICILIAR	ESCOLAR	PLANO DE SAÚDE	CELULAR	OUTRAS
Segundo o Gênero:					
Masculino	43,5	22,2	13,8	10,2	0,2
Feminino	48,7	21,2	11,6	9,4	1,3
Segundo a Faixa Etária:					
18 a 24 anos	40,8	14,7	9,0	5,9	1,0
25 a 34 anos	49,3	21,7	11,3	11,5	0,9
35 a 44 anos	49,5	27,7	16,8	10,6	0,8
45 a 59 anos	46,2	25,3	12,6	11,0	0,0
60 anos ou mais	50,0	11,4	18,2	2,3	2,3
Segundo a Escolaridade:					
Analfabeto	15,6	17,8	4,4	4,4	0,0
Ensino Fundamental Incompleto	48,3	12,1	1,7	0,0	0,0
Ensino Fundamental Completo	52,1	13,8	7,4	4,3	1,1
Supletivo do Ensino Fundamental	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino Médio Incompleto	49,7	19,2	12,6	6,0	0,0
Ensino Médio Completo	46,8	19,1	8,6	5,5	1,2
Supletivo do Ensino Médio	47,9	18,8	14,6	12,5	0,0
Ensino Técnico	60,4	36,0	19,8	12,6	2,7
Ensino Superior Incompleto	44,6	25,1	14,2	14,2	1,1
Ensino Superior Completo	46,7	26,6	21,2	20,7	0,0
Pós Graduação	42,9	24,5	22,4	18,4	0,0
Segundo a Classe de Rendimento					
Classe A (+ de 10 SM)	45,7	27,1	32,9	25,7	0,0
Classe B (+ de 5 a 10 SM)	42,9	22,2	18,5	13,8	0,5
Classe C (+ de 3 a 5 SM)	42,6	21,1	18,0	13,2	1,3
Classe D (+ de 1 a 3 SM)	49,7	20,1	7,0	5,3	1,0
Classe E (até 1 SM)	48,0	18,6	7,3	7,9	0,0

Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

Observação: O somatório não totaliza 100%, pois se trata de múltiplas respostas.

## 2.2. Inadimplência

Embora o balanço da pesquisa mostre certo equilíbrio da inadimplência entre os gêneros feminino e masculino, as mulheres representam a maioria dos casos (31,7%, contra 30,4% dos homens), como pode ser visto na **tabela 6** e visualizado no **gráfico 8**. Especialistas do SPC Brasil afirmam que



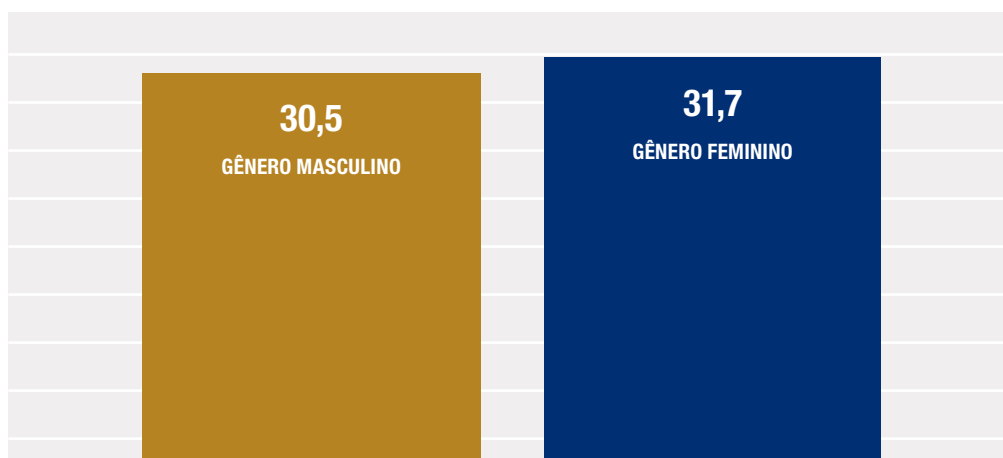
as mulheres são um pouco mais inadimplentes do que os homens porque elas efetuam um número maior de compras a prazo.

**Tabela 6: Inadimplência das famílias**

ESPECIFICAÇÃO	INADIMPLÊNCIA		
	ESTÁ INADIMPLENTE	NÃO ESTÁ INADIMPLENTE	NS/NR
Segundo o Gênero:			
Masculino	30,4	68,7	0,9
Feminino	31,7	67,7	0,6
Segundo a Faixa Etária:			
18 a 24 anos	29,6	69,8	0,6
25 a 34 anos	32,2	66,9	0,9
35 a 44 anos	33,2	0,0	0,4
45 a 59 anos	31,3	67,9	0,8
60 anos ou mais	19,0	79,7	1,3
Segundo a Escolaridade:			
Analfabeto	22,5	74,6	2,8
Ensino Fundamental Incompleto	25,0	75,0	0,0
Ensino Fundamental Completo	39,3	60,7	0,0
Supletivo do Ensino Fundamental	30,8	65,4	3,8
Ensino Médio Incompleto	43,1	55,2	1,7
Ensino Médio Completo	30,4	68,8	0,7
Supletivo do Ensino Médio	35,7	62,5	1,8
Ensino Técnico	35,1	64,9	0,0
Ensino Superior Incompleto	28,0	71,4	0,6
Ensino Superior Completo	29,0	71,0	0,0
Pós Graduação	20,9	79,1	0,0
Segundo a Classe de Rendimento			
Classe A (+ de 10 SM)	19,8	80,2	0,0
Classe B (+ de 5 a 10 SM)	26,1	73,2	0,8
Classe C (+ de 3 a 5 SM)	32,8	66,8	0,4
Classe D (+ de 1 a 3 SM)	31,9	67,1	1,0
Classe E (até 1 SM)	36,4	63,2	0,4

Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

**Gráfico 8: Pernambuco – Pessoas inadimplentes por gênero – 2013 (%)**



Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

A pesquisa mostra ainda que a maior parcela dos inadimplentes concentra-se nas pessoas com idade de 35 a 44 anos (33,2%) – estrato em que geralmente estão chefes de família responsáveis pelas despesas correntes mensais. Em seguida, vêm os entrevistados de 25 a 34 anos (32,2%), faixa de idade em que as pessoas estão mais propensas ao consumo de artigos com novas tecnologias (smartphones, tablets, computadores, etc.). A menor proporção dos que não cumprem com suas obrigações financeiras se encontra na faixa de idade com 60 anos ou mais (19,0%), como é visto na **tabela 4** e visualizado no **gráfico 9**.

**Gráfico 9: Pernambuco – Pessoas inadimplentes por faixa etária – 2013 (%)**

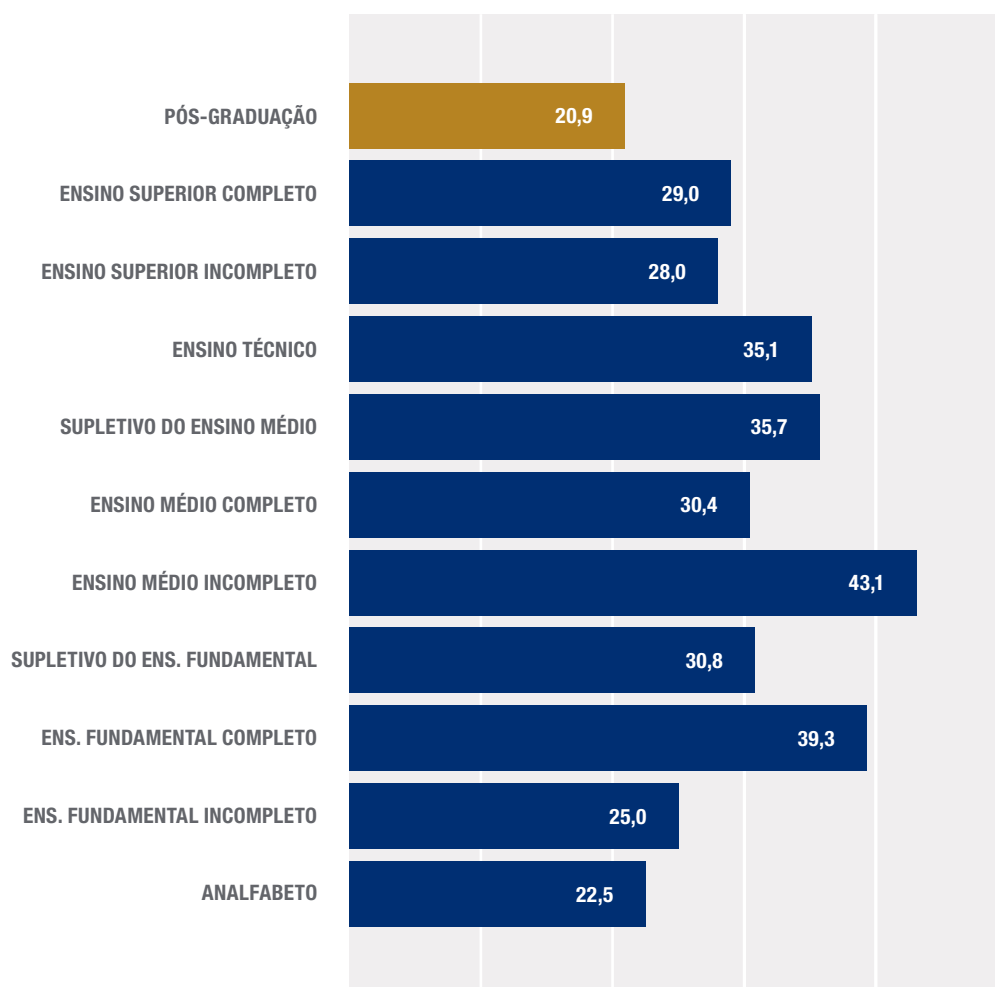


Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

Observando-se os dados da **tabela 6**, percebe-se que o nível de escolaridade não se mostra significativo para ser relacionado com a inadimplência das pessoas. Nota-se pelos dados da pesquisa que os

indivíduos com maior nível de instrução (com pós-graduação) e os que se declararam analfabetos são os que apresentaram menor grau de inadimplência, de 20,9% e 22,5%, respectivamente (**tabela 6 e gráfico 10**). Fora isso, é significativa a parcela de inadimplentes com ensino médio incompleto ou completo, ressaltando-se que as pessoas com ensino médio incompleto apresentaram maior proporção de inadimplência (43,1% das respostas).

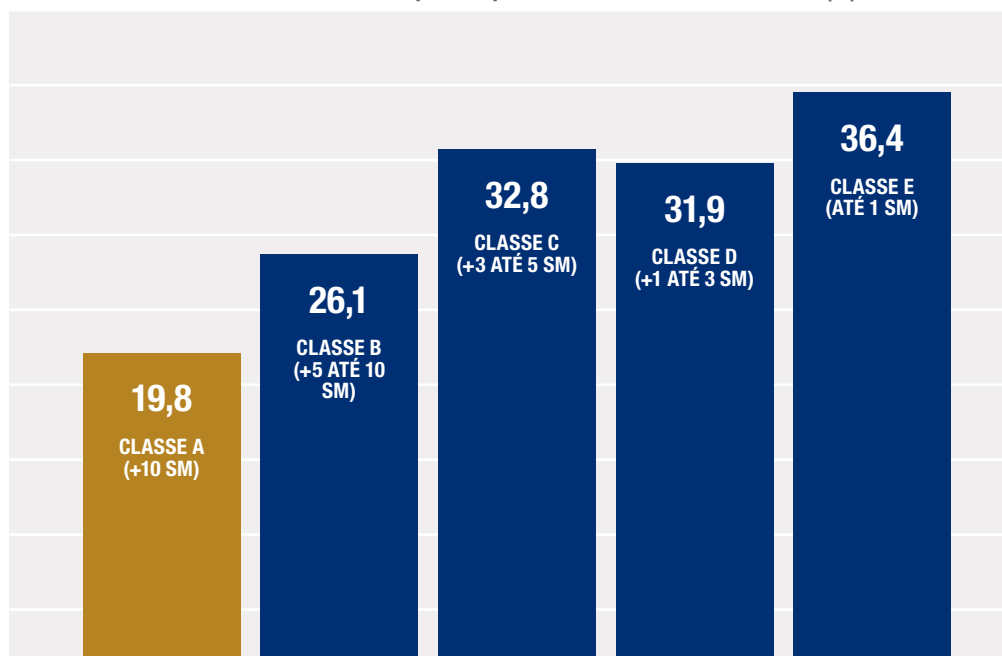
**Gráfico 10: Pernambuco – Pessoas inadimplentes por nível de escolaridade – 2013 (%)**



Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

Em relação às classes de rendimento, observa-se que a inadimplência é menor entre as pessoas com renda mais elevada e cresce à medida que se reduz o rendimento. De fato, o maior índice de inadimplência é representado pelos entrevistados da classe E (36,4%), enquanto na classe A essa proporção corresponde a 19,8% das respostas, na classe B equivale a 26,1% e na classe C a 32,8% (**tabela 6 e gráfico 11**).

Gráfico 11: Pernambuco – Pessoas inadimplentes por faixa de renda familiar – 2013 (%)



Fonte: Pesquisa Direta. Instituto Fecomércio-PE/Cepesq.

### 3. Síntese conclusiva

A economia brasileira cresceu significativamente nos últimos dez anos, levando as classes populares a consumir bens antes restringidos a alguns estratos da sociedade. Contribuíram para isso a retomada de investimentos públicos e privados, a valorização real do salário mínimo e principalmente as políticas de redistribuição de renda via transferência direta por programas de cunho social, como o Bolsa Família.

Por sua vez, ao lado da melhoria da renda e do aumento do emprego, o governo, visando estimular a manutenção do padrão de consumo no país, viabilizou a ampliação da oferta de crédito. Com isso, verificou-se um maior número de pessoas endividadas, principalmente ao longo de 2013, fazendo com que parte da sua renda fosse comprometida com o pagamento de algum tipo de dívida, corrente ou financeira. Embora no fim do ano de 2013 essa situação tenha se estabilizado, é preciso levar em conta que uma situação de endividamento pode corresponder a uma elevação nos índices de inadimplência.

A sondagem realizada pelo Instituto Fecomércio no fim de 2013 mostrou que 77,5% dos consumidores entrevistados na RMR tinham algum tipo de dívida e que em média a parcela da renda comprometida com dívidas era de 46%, proporção significativamente superior à observada na Peic-CNC para o Brasil (30,2%). Em relação às dívidas de ordem financeiras, cerca de sete entre

dez pessoas entrevistadas apontaram o cartão de crédito como a principal fonte de endividamento, enquanto nas despesas correntes o maior responsável incidu sobre os gastos de natureza domiciliares, apontado por quase metade dos entrevistados.

A parcela da renda familiar comprometida com dívidas é maior entre as pessoas do gênero feminino (79,3% estavam endividadas e tinham 46,6% da renda familiar comprometida com dívidas), enquanto 74,5% dos homens se declararam endividados, comprometendo em média 44,8% da renda familiar com os débitos.

Embora o balanço da pesquisa indique equilíbrio da inadimplência entre homens e mulheres, as pessoas do gênero feminino representam a maioria dos casos (31,7%, contra 30,4% dos homens), o que, segundo especialistas do SPC Brasil, está associado ao fato de as mulheres efetuarem um número maior de compras a prazo.

Levando-se em consideração a faixa etária dos entrevistados, as maiores proporções das pessoas endividadas estão nos estratos de 25 a 34 anos (81,0%) e de 35 a 44 anos (80,0%). Em relação às pessoas com 60 anos ou mais, 55,7% declararam se encontrar nessa situação e ter 42,4% da renda comprometida por dívidas.

Em relação aos estratos de rendimento, observou-se que a maior proporção de endividados estava concentrada na faixa de renda de um a três salários mínimos, na classe D (80,2%), seguidos pelas pessoas da classe E, com rendimento de até um salário mínimo (77,6%). Nas classes C e B, a parcela de pessoas com dívidas corresponde, respectivamente, a 76,5% e 73,5%, enquanto quase dois terços dos entrevistados na classe A declararam-se endividados.

A sociedade atual acostumou-se a conviver com o endividamento, principalmente pelo fato de que as compras são efetuadas basicamente com cartão de crédito e parte significativa com cheque especial. Muitos consumidores usam o cartão de crédito de forma prudente, com sabedoria, procurando se manter nos limites estabelecidos pelo ofertante do cartão e quitar a totalidade da fatura mensal, evitando, dessa forma, o pagamento de juros, que são significativamente elevados.

Por outro lado, os estímulos para o uso do cartão e as facilidades para se obter crédito, que se ampliaram consideravelmente nos últimos anos, contribuíram para o círculo vicioso em que muitas pessoas se encontram hoje em dia, chegando a um nível de endividamento que se torna preocupante. A correlação do acesso fácil ao crédito com a compulsão de consumo de parcela significativa da população brasileira se torna um caminho direto ao endividamento. Segundo especialistas, a proporção aceitável de endividamento das famílias é de no máximo 30% da sua renda, mas vem se observando que essa parcela tem atingido na RMR marcas superiores a 65%, o que se agrava pelo fato de essa região registrar, segundo a PMC-IBGE, o menor valor do rendimento médio mensal dos trabalhadores do país.

Nesse sentido, é imprescindível que se comece a pensar em conscientizar a população sobre questões referentes à administração financeira, para que ela saiba relacionar o uso do dinheiro aos orçamentos familiares, de modo a planejar as despesas e não gastar além do racional, prevenindo-se contra custos indesejados com juros.



### **Fecomércio-PE**

Rua do Sossego, 264, Boa Vista, Recife-PE, Cep: 50050-080  
Tel.: (81) 3231.5393 | Fax: (81) 3222.9498

Presidente: Josias Silva de Albuquerque

### **Instituto Fecomércio-PE**

Centro de Pesquisa (Cepesq)  
Av. Visconde de Suassuna, 114, Santo Amaro, Recife-PE, Cep: 50050-540  
Tel.: (81) 3231.6175 | Fax: (81) 3423.3024  
E-mail: [pesquisa@fecomercio-pe.com.br](mailto:pesquisa@fecomercio-pe.com.br) ou [pesquisafecomercio-pe@hotmail.com](mailto:pesquisafecomercio-pe@hotmail.com)

Diretor executivo: Oswaldo Ramos  
Equipe técnica: Lailze Santos e Urbano da Nóbrega  
Economistas responsáveis: Tania Bacelar, Osmil Galindo e Fábio Oliveira  
Revisão: Laércio Lutibergue  
Design: Gilson Filho e Thiago Maranhão  
Tiragem: 1.000 exemplares  
Impressão: Gráfica Flamar



**Fecomércio PE**

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

**Sede provisória:** Rua do Sossego, 264, Boa Vista,  
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080

Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Fax.: (81) 3222-9498 / 3231-2912

**Anexo:** Av. Visconde de Suassuna, 114, Boa Vista,  
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-540

Tel.: (81) 3231-6175 (PABX)

Fax: (81) 3423-3024

